

HBB abandona milhões em equipamentos

Odontólogos montam clínica para carentes

Com a finalidade de oferecer um atendimento especializado à população carente e melhorar a técnica científica dos profissionais do Distrito Federal, a Associação Brasileira de Odontologia (ABO-DF) montou uma clínica dentro de sua sede. O atendimento foi iniciado no final de novembro do ano passado, com oito estudantes de Odontologia da Universidade de Brasília (UnB), que já estão aptos a atuarem na parte clínica, segundo informou o diretor da ABO, Edilson Camacho.

A partir de março próximo, serão oferecidos os cursos de endodontia, prótese, odontopediatria e dentística para 40 profissionais formados, selecionados entre 150 candidatos. Segundo Camacho, os profissionais irão trabalhar com uma população com renda familiar de até dois salários mínimos, que não têm condições de arcar com um tratamento especializado. Já existem 500 pessoas cadastradas e 40 delas já foram atendidas nos dois primeiros meses de funcionamento.

Preços

Os preços cobrados pela ABO são baseados na tabela mínima de honorários profissionais, elaborada pela Associação, e de acordo com a renda familiar do paciente. Assim, a ABO elaborou cinco classificações a uma variação de renda entre 0 a 2,4 salários mínimos. Na classe A, estão inseridos os pacientes que ganham de 0 a um salário mínimo. Eles deverão pagar pelo tratamento, 20% do valor da tabela da ABO, ou seja, um canal simples que está na tabela a Cz\$ 600,00, o paciente pagará Cz\$ 120,00.

Para quem ganha de 1 a 1,4 salário, a taxa é de 30% em cima da tabela. De 1,4 a 1,7, paga-se 40%. Quem ganha entre 1,7 a 2 salários, arca com 60% das despesas e aqueles que têm renda de 2 a 2,4, pagam a taxa máxima ou seja, 80% do preço da tabela da ABO. A Associação não cadastrava pessoas com salários acima de 2,4, uma vez que pretendem dar assistência às pessoas realmente necessitadas. Os pacientes que podem pagar só serão atendidos se o tratamento dele tiver interesse para um dos cursos. Neste caso serão cobrados os 100%.

Qualidade

Camacho disse que o serviço é de alta qualidade e que do contingente atendido até hoje houve apenas três extrações de dentes. «Nós aqui tentamos aproveitar o máximo a manutenção do dente, enquanto que no serviço de saúde pública o nível de extração é de mais de 50% e não é feito outro atendimento», disse ele. O único serviço que ainda não está sendo feito na ABO é a prótese que terá início no mês de março.

A instalação da clínica foi uma das metas da atual diretoria da Associação que gastou no ano passado Cz\$ 250 mil em equipamentos. Outra tentativa da diretoria é fazer um convênio com a UnB no sentido de poder melhorar o atendimento e auxiliar os estudantes além de especializá-los na sua formação profissional. Segundo Edilson Camacho, até o momento a UnB não respondeu ao ofício enviado pela ABO e nem mostrou nenhum interesse na proposta. Mesmo assim serão mantidos os oito estudantes, que no final do curso receberão um certificado que valerá como atividade extra curricular.

A moradora da Vila Paranoá, Maria da Conceição, 31 anos, embora sem cadastro, conseguiu uma consulta para sua filha Tânia que caiu e abalou o nervo do dente. Ela esteve no Hospital Presidente Médici e de lá foi enviada para a ABO com a criança onde seria atendida, ainda ontem, em sistema de emergência. A empregada doméstica, Domingas França Nôia, de 38 anos, fez inscrição no mês de outubro e começou seu tratamento ontem. Disse que há mais de quatro anos não ia ao dentista e afirmou que a abertura da clínica facilitou tudo.

Ailton C. Freitas



Equipamento radiológico caríssimo está no corredor do HBB esperando instalação há 7 meses

Creche para mãe e filhos pede apoio oficial

Com o objetivo de oferecer condições de trabalho para as mães domésticas, Ana Maria Dagoberto, presidente da Associação Profissional das Empregadas Domésticas do DF, abriu uma creche há um mês. «Já não estamos em condições de atender a procura devido ao pouco espaço que temos», disse ela. São atualmente 28 crianças, de dois meses a dez anos, que vivem em uma casa na QI 4, conjunto M, no Guará I. Elas dividem as oito camas distribuídas nos três quartos da casa, além de duas mães que dormem no local para amamentar seus filhos durante a noite.

Ana Maria disse que até o momento não teve apoio de nenhum órgão, embora já tenha pedido auxílio ao Centro de Desenvolvimento Social (CDS). Associação está reivindicando assistência pediátrica, orientação pedagógica e de nutrição, ajuda alimentícia, além de orientação para as mães sobre métodos contraceptivos, e outros. Mas a principal dificuldade levantada por ela é não possuir sede própria. A creche está instalada numa casa cedida pela Brasal, por um prazo de seis meses.

A presidente da Associação disse que já esteve na Sociedade Habitacional de Interesse Social (Shis) por duas vezes, tentando uma audiência com o secretário Sadi Ribeiro. Acrescentou que pretende entregar a ele um ofício pedindo um terreno destinado para creche, próximo ao projeto Lúcio Costa. Mas segundo relatou em nenhuma das vezes conseguiu ser recebida, entretanto, garantiu que vai continuar tentando uma audiência na Shis. «O difícil é apenas o terreno. A construção não, mesmo faremos com a ajuda de amigos», concluiu.

Além das crianças, a creche recebe, também, as mães desempregadas. Lá elas são treinadas durante uma semana onde se verifica se elas são rápidas ou lentas, se lava e passa bem, se sabe arrumar a cozinha, enfim, se desempenha bem as atividades domésticas. Depois a Associação procura um emprego para a mãe, dando toda referência necessária. Cada mãe empregada paga para a creche um valor de Cz\$ 250,00 pela permanência de seu filho na creche durante o mês. As crianças só têm contato com sua genitora nos finais de semana quando esta tira folga.

Depois que foi criada a creche, segundo Ana Maria, a Associação está sendo bastante procurada e o número de filiação tem aumentado muito.

Crise de remédio atinge o estoque dos hospitais

A crise no abastecimento de medicamentos em Brasília deixa em alerta hospitais e ambulatórios da cidade, que utilizam drogas importantes no tratamento de doenças como o câncer e tumores. No Hospital de Base, três tipos já estão em falta há semanas e, segundo Rosete Ramos Carvalho, chefe do Departamento de Hematologia do HBB, esses medicamentos são essenciais e praticamente insubstituíveis.

Os pacientes em tratamento quimioterápico de leucemias e linfomas (tumores nos gânglios linfáticos) estão prejudicados com a falta de duas drogas essenciais, utilizados nas fases de manutenção das doenças. *Methotrexate* e *Mercaptopurina* estão ausentes do estoque de medicamentos do Hospital de Base há semanas. As drogas, da Merck Sharp & Dohme e fabricadas pelos laboratórios Lederle, da cidade paulista de Campinas, são parte do tratamento, onde quatro medicamentos atuam em ciclos. Com a falta, a eficácia do tratamento está diminuindo e os produtos alternativos, segundo os médicos, não apresentam tão bom efeito quanto os escassos.

Segundo a doutora Rosete, a explicação divulgada pelos órgãos competentes é de que o mercado se regularizará em breve e que a escassez foi provocada pela falta de embalagens. No Hospital de Base, as embalagens não costumam ser estocadas e enviadas aos laboratórios para reaproveitamento e nem mesmo as constantes procuras por farmácias têm tido resultados positivos. «Falta na Fundação Hospitalar, falta em todo o comércio e eu estou preocupada com isso», desabafou a doutora Rosete.

Outra droga importante no tratamento do câncer, especialmente linfomas, é o *Procabazida*, um dos medicamentos essenciais utilizados pelo ministro Dilson Funaro, portador do Linfoma de Rodskin. Apesar desse e de outros produtos serem manipulados no Brasil, seus principais componentes são importados.

Prognóstico alterado

Na opinião de alguns médicos do Hospital de Base, a falta dessas drogas está mudando totalmente o prognóstico dos pacientes. Uma das responsáveis pela chefia da Unidade de Radioterapia e Oncologia Clínica, ressaltou que os resultados são imprevisíveis. «O paciente que tem um prognóstico bom, pode se transformar em ruim. Aquele que está ruim, pode não ter mais recuperação».

Para não «quebrar» o tratamento e interromper todo o progresso alcançado, o Hospital de Base está utilizando medicamentos alternativos sem, no entanto, obter bons resultados. Segundo os profissionais da área, não há qualquer previsão para o término da crise no abastecimento de medicamentos, embora a expectativa



Rosete alerta para os riscos

seja muito grande.

Desânimo

Nas farmácias espalhadas pela cidade, o desânimo é total e não há nada que os farmacêuticos possam fazer. Na drogaria Unifarma da 102 Sul, medicamentos como *Diabinese* (para diabetes) e *Rocemil* para infecções hospitalares, não são fornecidos há um mês pelos distribuidores. Muitos hospitais, segundo o farmacêutico desse estabelecimento, recorreram às farmácias, como uma última alternativa de adquirir produtos raros. «Acabaram com vários estoques e a qualquer preço».

Na 104 Sul, José Reginaldo da Silva, proprietário da Drogaria Unicenter, explicou que todos os distribuidores estão de férias e só o Farmasil está operando, também, com escassez. Produtos difíceis como *Sinutabi* (para sinusites) ou *Gardenal* (para distúrbios) faltam há meses e a crise já alcançou produtos comuns como *Doril*, *Anador* e todos os tipos de *Buscopan*. Dos 2 mil tipos de medicamentos com que trabalha, 70% estão em falta.

Na quadra 312 Sul, Maria Dolores Andrade vem procurando o colírio *Clavisol*, para cataratas, desde o estado de Sergipe, onde reside. Em Brasília, já percorreu inúmeras farmácias sem qualquer resultado. «Enquanto isso», contou ela, «estou utilizando um colírio receitado pela médica chamada Lutrax. Enxergo muito pouco e não me adaptei bem a ele. Tenho que continuar procurando».



Methotrexate, um importante medicamento, está em falta no HBB

Falta de médico impede operação de motoqueiro

O caso de Dorival Lima de Araújo, vítima de acidente de moto no último dia 31 de dezembro em Taguatinga e atualmente internado no Hospital Regional daquela satélite à espera de uma cirurgia de fêmur-fraturado em três partes há duas semanas, ilustra a crise em que se encontram todos os hospitais regionais do Distrito Federal na área de anestesiologia.

Dorival de Araújo, embora esteja fora de perigo, está internado no quarto 426 do HRT com a perna enfaixada, mas sem condições de ser submetido à cirurgia que vai reconstruir o seu fêmur. A direção do HRT explica que «não se trata de negligência do hospital, mas, simplesmente, de

falta de anestesiologistas em número suficiente para atender à demanda das cirurgias diárias.

A crise na área não é nova, pois há mais de dois meses o HRT tem perdido muitos anestesiologistas que se demitem da Fundação Hospitalar por não concordarem mais com o nível salarial da categoria. Para as cirurgias de emergência os anestesiologistas de plantão e aqueles que não adotaram a demissão como solução para o problema salarial, são escalados. Dorival Lima foi operado na noite de ontem, mas graças a coincidência de escala de plantão dos poucos anestesiologistas que ainda trabalham no HRT.

Além da falta de verbas, para a concretização da sua tão divulgada reforma, o Hospital de Base de Brasília está às voltas agora com outro problema: a instalação de equipamentos radiológicos, no valor de seiscentos mil dólares, que há sete meses encontram-se empilhados nos corredores da ala de pediatria (desativada) e de radiologia.

Daqui a quatro meses termina o prazo de garantia contra a deterioração dos equipamentos encaixotados, que é de um ano. Mas o secretário de Saúde, Laércio Valença, afirma que, em fevereiro, serão iniciadas as obras de instalação admitindo, também, que a demora elevou o custo inicial previsto, que era de Cz\$ 15 mil e passou para Cz\$ 24 mil.

Segundo o secretário Laércio Valença, a demora na instalação dos equipamentos radiológicos foi causada pelo fato da filial carioca da companhia francesa que fabrica os equipamentos — a CGR — ter aprovado a planta de instalação do material somente em dezembro do ano

passado. Os equipamentos são um tomógrafo computadorizado, um angiógrafo digital e um gama-câmara que servem, respectivamente, para exames de traumatismos internos, exames arteriais e circulatórios e para diagnósticos cintilográficos. Para que o material seja instalado, é necessário apenas que a Secretaria de Saúde realize, agora, uma licitação pública, para definição da firma que efetuará as obras.

O gama-câmara não existe no Distrito Federal. Será o primeiro a ser instalado na cidade. Mas os dois outros equipamentos — o tomógrafo computadorizado e o angiógrafo — existem no Hospital Presidente Médici, na UnB, e no Hospital Sarah Kubistchek. Além de garantir que o material começará a ser instalado, no máximo, até fevereiro, o secretário de Saúde explicou que os equipamentos foram deixados nos corredores por absoluta falta de espaço para esse fim. Informou, ainda, que as verbas para concretização das obras do HBB deverão ser obtidas, em breve, pelo GDF, através da Seplan.

GDF apelará à Seplan

O governo do Distrito Federal vai iniciar no mês que vem gestões junto à Seplan visando a liberação de pelo menos Cz\$ 150 milhões destinados à continuação das reformas do Hospital de Base de Brasília. Além dos Cz\$ 60 milhões repassados ano passado para os reparos nas instalações hidráulicas, elétricas e correção de infiltrações, a Fundação Hospitalar necessita de quase o triplo dessa quantia para dar início à reforma dos quatro andares do Pronto-Socorro do HBB.

Ontem, Arlécio Alexandre Garzal, coordenador do Sistema de Orçamento do GDF, afirmou ao *Jornal de Brasília* que em fevereiro será encaminhada à Seplan a suplementação orçamentária de Cz\$ 150 milhões. Como a verba não está inclusa no orçamento normal que a União repassa ao Distrito Federal, o GDF terá que

negociar a obtenção dos recursos. Mas Arlécio Garzal acredita que não haverá problema de se conseguir a suplementação. «O governo do Distrito Federal tem conseguido ser atendido pela Seplan, porque, inclusive, o próprio órgão e o governo federal são sensíveis aos problemas de Brasília», disse.

Os Cz\$ 150 milhões poderão ser repassados através de recursos do Fundo de Contingência ou dos Encargos Gerais da União, que podem ser liberados em março. Por isso o coordenador do Sistema de Orçamento não crê na hipótese de um possível atraso nas obras do Hospital de Base provocado pela retenção dos recursos. Ele lembra que a Fundação Hospitalar ainda está utilizando nas reformas os Cz\$ 60 milhões obtidos ano passado.

HRAN lota a ortopedia

O diretor do Hospital Regional da Asa Norte-HRAN, Walter Ramos Salgado, disse que não há como atender mais pacientes no pronto socorro, principalmente de ortopedia. Não tem espaço físico, já existe gente no chão esperando atendimento, além do grave problema de falta de pessoal.

«Não posso contratar, conforme a Lei 7.943 de 17 de junho de 1986, que proíbe contratação antes do fim do mandato dos atuais governadores e posse dos futuros eleitos em 15 de novembro. Essa foi a determinação do GDF que recebi, quando solicitei preenchimento de vagas existentes. Além disso, muitos técnicos estão pedindo demissão em virtude dos baixos salários pagos pela Fundação Hospitalar, enfatizou Walter Salgado, lembrando que o hospital tem um oitavo da área física do pronto Socorro do Hospital de Base».

O HRAN quando foi inaugurado, há menos de um ano, no dia 21 de fevereiro de 1986, atendia 91 pessoas por dia. Hoje, atende cerca de 400, mais ou menos 11 mil por mês, informou o diretor do Hospital, ressaltando, «além disso, não somos referência em ortopedia e politraumatizados, por consequência, que exigem várias outras especializações que não te-

mos». No HRAN, há cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, plástica e queimados; além de clínica médica e pediátrica.

Depois de falar da deficiência de pessoal que tem em todos os setores do Hospital, informando que além da falta de técnicos, anestesiologistas, enfermeiras e outros profissionais de saúde, o HRAN está necessitando urgentemente de pessoal burocrático. Na área de informática há menos da metade do que é necessário. Walter Salgado enfatizou que a função principal desse hospital é dar apoio regional aos sete centros de saúde da Asa Norte e também, se for necessário aos de Sobradino e Planaltina.

No entanto, destacou que o HRAN tem condições de atender todos os casos de queimados do Distrito Federal, pois é o mais bem aparelhado nessa especialidade. Além disso, é considerado um dos melhores na área de obstetrícia e por isso, tem estrutura para dar assistências aos casos mais complicados e mais urgentes dessa área.

Ao ser indagado, quando poderia contratar mais pessoal, disse que não sabe, pois como é do conhecimento de todos no Distrito Federal não houve eleições para governador.

Horta: momento difícil

Dentro de aproximadamente dez dias, toda a ortopedia cirúrgica, que havia sido deslocada para o HRAN, será devolvida ao Hospital de Base de Brasília. A informação é do diretor do HBB, Márcio Horta, que analisa como «extremamente difícil», a situação do hospital, uma vez que todo o plano de apoio dos demais hospitais do DF à sua reforma foi frustrado. Com o atraso de três meses nas reformas, o quadro se complica ainda mais, pois o HBB já está saturado, com uma significativa redução do número de leitos de todas as unidades.

Conforme Márcio Horta, o HRAN não deu conta de atender ao número de pacientes do HBB, sob a alegação de deficiência de pessoal na área de enfermagem e anestesia. Ele admite as carências do HRAN, principalmente na parte de anestesia, onde existem hoje apenas 16 profissionais. No entanto, ressaltou que com relação à enfermagem, o HRAN tem um número de pessoal superior ao do HBB, em proporção ao número de leitos.

Com isso, toda a ortopedia cirúrgica que retornará ao HBB, será alojada na metade do 10º andar do prédio de internações, onde já foi concluída a reforma. Porém, para isso, o HBB aguarda a admissão de pessoal de enfermagem — enfermeiros e auxiliares — que depende da Secretaria de Saúde. A previsão de Márcio Horta é de que, num prazo de dez

dias, o pessoal já esteja contratado. Segundo o diretor do HBB, o retorno significará «um grande aperto para o hospital, com uma significativa redução dos leitos de todas as especialidades».

Falta de apoio

«Existia um plano de participação e ajuda de todos os hospitais do Distrito Federal para que houvesse condições de reformar o HBB, mas isto não aconteceu», lamenta Márcio Horta. Ele conta que, inicialmente, ocorreu a falta de apoio do Hospital Presidente Médici, que devolveu a neurologia para o HBB. Em função disso, o prédio de internações sofreu um acúmulo de pacientes e houve uma queda de 40 para 24 leitos da área. Muitos casos de neurologia, que necessitam de internação, estão paralisados no pronto-socorro, segundo Márcio Horta.

Com um quadro já bastante caótico, o HBB sofre ainda mais com o atraso de três meses nas suas reformas. «Todos caíram fora e o HBB tem de fazer as reformas, pois não tem outra alternativa», queixou-se o diretor do hospital, acrescentando que nestes três meses, o terceiro e quarto andares do Pronto-Socorro — área de internação — estão paralisados. Caso estivessem em funcionamento, seriam mais 150 leitos ocupando a área. «Quanto mais tempo demorar esta reforma, maior será o prejuízo para o hospital», advertiu.

Atendimento é criticado

Por causa de uma unha extraída, Veneralda Arcanjo de Jesus, 52 anos, pode ter a perna esquerda amputada, devido a uma grave infecção. Seu filho, José Conceição dos Santos, 35 anos, criticou o atendimento do Hospital de Base de Brasília, onde ela está internada há cerca de quinze dias, revelando ontem que moverá ação contra a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, alegando descaso médico.

Veneralda Arcanjo de Jesus está internada na clínica cardiovascular do pronto socorro do HBB e, hoje, de acordo com José Conceição, os médicos decidem se terão mesmo de amputar-lhe a perna.

O drama de Veneralda Arcanjo de Jesus iniciou depois que ela teve uma unha encravada no dedão do pé esquerdo extraída na clínica cirúrgica do Hospital Regional do Gama, no início de fevereiro do ano passado. Desde

então o ferimento nunca mais cicatrizou e quando se procurava os médicos, estes limitavam-se a fazer um curativo sem se preocuparem com um exame mais aprofundado para obter um diagnóstico. Nem mesmo as clínicas particulares deram jeito e, com o tempo, a situação se agravou e agora ela corre o risco de ter a perna amputada.

Sem esconder sua revolta sob a alegação de que os médicos não cuidaram bem de sua mãe, apesar de estar no Hospital de Base as enfermeiras de plantão fazem o que podem já que não dispõem de meios, José Conceição dos Santos deixou bem claro que de maneira alguma sua família irá impedir que os médicos amputem a perna de sua mãe. «Mas se isso vier a acontecer vamos mover uma ação criminal contra a Fundação Hospitalar do Distrito Federal», disse ele.